

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA**  
**ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**Juliana Maria Freitas de Oliveira**

**CAPACITAÇÃO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS)**

**PRODUTO TÉCNICO**

São Cristóvão – SE

2022

**JULIANA MARIA FREITAS DE OLIVEIRA**

**CAPACITAÇÃO PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS)**

Produto Técnico apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Lavínia Teixeira de Aguiar Machado

São Cristóvão – SE

2022

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>                     | <b>6</b>  |
| <b>2. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES.....</b> | <b>8</b>  |
| 2.1 Descrição das atividades.....             | 8         |
| 2.2 Público-alvo.....                         | 8         |
| 2.3 Execução das atividades e Cronograma..... | 8         |
| 2.4 Membros da equipe de execução.....        | 9         |
| <b>3. REFERÊNCIAS.....</b>                    | <b>11</b> |

## APRESENTAÇÃO

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a deficiência é um conceito que se modifica ao longo do tempo e surge da interação entre condições de saúde e fatores contextuais. Pode se manifestar em graus variados e em ambos sexos, sem distinção de faixa etária ou estrato social. Considera-se pessoa com deficiência (PcD) “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Art. 2, Lei Federal nº 13.146/2015).

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure os direitos à vida, saúde, educação e cidadania para a PcD, somente em 2008, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, instituída pelo Decreto Federal nº 6.949, foi que se obteve um maior debate a respeito dessa população. Essa convenção teve como principais eixos norteadores a igualdade, a acessibilidade, a não discriminação, a participação plena e efetiva, bem como inclusão na sociedade.

No Brasil, existem poucos estudos que mostram a prevalência e distribuição das PcD no território nacional. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no seu último censo realizado em 2010, demonstrou que 45.606.048 pessoas possuem algum tipo de deficiência, correspondendo a cerca de 24% da população brasileira. Em 2013, a pesquisa nacional em saúde (PNS) demonstrou uma estimativa de 200,6 milhões de pessoas no Brasil e 6,2% destas tinham alguma deficiência. O Nordeste é a região com maior percentual da população que apresenta pelo menos um tipo de deficiência, com um quantitativo de 26,6% da população. No estado de Sergipe, o IBGE em 2010 notificou um total de Sergipe de 25% da população apresentando alguma deficiência. O município de Lagarto, localizado na região centro-sul do Estado de Sergipe, apresentou um quantitativo correspondente a 30% de PcD, sendo superior, portanto, às médias regional e nacional (IBGE, 2010).

Diante disso, faz-se necessário uma atualização nos dados sociodemográficos dessa população nesse território. Além disso, a deficiência é uma condição permanente que está presente nos diversos ciclos da vida, podendo surgir desde o nascimento, ou aparecer durante a fase adulta, ou até mesmo no envelhecimento. O conceito de deficiência é uma discussão historicamente antiga: PcD eram mal vistas pela sociedade, sendo denominadas pejorativamente e “direcionadas” a rejeição ou morte. Posteriormente, a PcD passou a ser estudada e interpretada como portadora de uma condição clínica tratável, visto que para sua reinserção social necessitava-se de tratamento. Nesta época, pouco se ouvia e conhecia sobre

as singularidades da PcD.

Sendo assim, o produto técnico foi planejado com o intuito de desmistificar a PcD sobre suas individualidades e as características sociais, políticas e culturais intrincadas à rede de atenção à PcD, necessária para melhorar a compreensão que a pessoa está em primeiro lugar e que a deficiência é um produto das barreiras físicas, comunicacionais, organizacionais e atitudinais presentes na sociedade, as quais podem impedir sua plena inclusão e participação. Para isso, faz-se necessário o entendimento do conceito da PcD pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), profissionais responsáveis pelo preenchimento do cadastro da família do SUS, para que se tenham dados epidemiológicos e demográficos mais condizentes com a realidade local, sendo substanciais para o desenvolvimento de políticas e ações futuras centradas nos pilares da saúde, da educação, do direito à participação social e cultural, promovendo autonomia e empoderamento para a PcD.

Tendo como base o Art 2º da Portaria nº 793/2012, elencamos como substanciais diretrizes: o respeito aos direitos humanos, a promoção da equidade, garantia de acesso e cuidado integral, e como meta central a diversificação de estratégias de cuidado focadas na comunidade, a partir do desenvolvimento de atividades no território que favoreçam o “viver sem limite”, com vistas à promoção e ao exercício da cidadania, através de ações exequíveis de educação continuada com participação e controle social nos diversos âmbitos que compõem o cenário da PcD.

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando o disposto no Art. 5º da Portaria 793/2012 referente à operacionalização da Rede de Cuidados à PcD, faz-se necessário o diagnóstico e desenho regional da rede com intuito da adesão das pessoas com deficiência no atendimento integral. Em 1994, o Ministério da Saúde (MS) instituiu a Estratégia de Saúde da Família (ESF) com o objetivo de ampliar a atenção básica nos municípios, visando a promoção da saúde. De acordo com a Política Nacional de Atenção Básica – PNAB, é de atribuição específica dos ACS trabalhar com adscrição de famílias em base geográfica definida, a microárea, bem como cadastrar todas as pessoas de sua microárea e manter os dados atualizados (MS, 2012).

A Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do MS, por meio do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES), fundamentada nos princípios das políticas nacionais de educação e de saúde, apresenta diretrizes e orientações para a qualificação de profissionais de enfermagem e de ACS que atuam na rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), em diversas áreas, incluindo a Rede de Atenção à PcD. A política de educação profissional de nível médio para o SUS implementada pela SGTES, por meio das Ações Técnicas do DEGES, busca estratégias de fomento e fortalecimento da formação e qualificação da força de trabalho do SUS.

Segundo o IBGE (2010), cerca de 25% do total da população tem algum tipo de deficiência. Estes dados, assim como o quantitativo da população brasileira, foram provenientes de questionário amostral que levantou informações sobre deficiência física/motora, visual, auditiva, mental/intelectual em 8,2% dos domicílios entrevistados. Com base na pesquisa realizada, o IBGE apontou que as desigualdades permanecem em relação às PcD, as quais apresentam taxas de escolarização, ocupação e rendimentos menores que a maioria da população sem deficiência.

Cumprir frisar que o Mestrado Profissional (MP) possibilita a imersão do Mestrando no mundo da pesquisa, visto que o seu desenvolvimento demanda uma necessidade de proposta de intervenção com base na realidade identificada. Dessa forma, os resultados obtidos sobre o tema investigado e o produto gerado com a pesquisa, precisam não apenas ser divulgados com a publicação da dissertação ou artigo dela decorrente, mas, sobretudo, utilizados para transformações (ROCHA *et al.*, 2019).

Baseando-se nos objetivos da Rede de Cuidados à PcD, foi desenvolvido o Produto Técnico “Capacitação para Agentes Comunitários de Saúde (ACS)”, com a finalidade de atender os requisitos do Mestrado Profissional vinculado ao Programa de Pós-Graduação em

Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). O Produto Técnico está vinculado à dissertação intitulada “Racismo ambiental na pessoa com deficiência em situação de vulnerabilidade no centro-sul do estado de Sergipe”. Este produto tem como objetivo capacitar os ACS para a desmistificação e identificação de PcD, com vistas a mitigar estigmas, na observação da acessibilidade dos ambientes escolares e laborais, detecção de barreiras atitudinais, estruturais e sociais, atividades de autocuidado, atividades de classe e relacionamento dos serviços (unidades de saúde, centro especializado e comunidade).

## 2. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

### 2.1 Descrição das atividades

A capacitação para os ACS foi cadastrada como um projeto de extensão da Universidade Federal de Sergipe – UFS, sob o Edital nº 02 PROEX PIAEX/UFS de 10 de maio de 2021 e divulgada via *WhatsApp* e na página do *Instagram* do projeto de pesquisa e extensão Técnica Aplicada Lavínia Teixeira – TALT (@taltprodida) (Figura 1). As inscrições para o curso foram gratuitas e realizadas via *link* de acesso à atividade de extensão.

Figura 1 – Página do *Instagram* do projeto de pesquisa e extensão Técnica Aplicada Lavínia Teixeira – TALT.



### 2.2 Público-alvo

Agentes Comunitários de Saúde.

### 2.3 Execução das atividades e Cronograma

A capacitação para os ACS ocorreu entre os meses de julho e novembro de 2021, via plataforma *Google Meet*, de forma remota e on-line, com representatividade de ACS, principalmente dos municípios que compõem a regional centro-sul de Sergipe.

Cada encontro abordou uma temática específica, seguindo a programação mensal e o

cronograma de atividades (Quadro 1):

- (1) Pessoa com deficiência (PCD) - estigma e capacitismo;
- (2) Políticas Públicas envolvendo as Pessoas Com Deficiência, saúde global e questões clínicas;
- (3) Pessoa com Síndrome de Down: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (4) Pessoa com Paralisia Cerebral: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (5) Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (6) Acidente Vascular Cerebral: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (7) Diabetes mellitus: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (8) Doença de Parkinson: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (9) Doença de Alzheimer: conceito, prevalência, causas, diagnósticos, características clínicas, características funcionais, tratamentos e linhas de cuidado;
- (10) Uso de medicamentos e o tratamento medicamentoso.

Quadro 1 – Cronograma de atividades do curso de Capacitação para Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

| Encontros     | 2021  |        |          |         |          |
|---------------|-------|--------|----------|---------|----------|
|               | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro |
| Encontro (1)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (2)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (3)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (4)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (5)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (6)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (7)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (8)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (9)  |       |        |          |         |          |
| Encontro (10) |       |        |          |         |          |

## 2.4 Membros da equipe de execução

Além da organização com a orientadora dessa pesquisa, a capacitação contou com a monitoria de alunas de graduação e pós-graduação do projeto de pesquisa e extensão TALT da UFS:

Quadro 2 – Membros da equipe de execução.

| <b>Nome</b>                        | <b>Categoria</b> | <b>Função</b>        | <b>Departamento</b> |
|------------------------------------|------------------|----------------------|---------------------|
| Lavínia Teixeira de Aguiar Machado | Docente          | Coordenadora         | DESL                |
| Juliana Maria Freitas de Oliveira  | Discente         | Coordenadora Adjunta | PROFCIAMB           |
| Adrielle Andrade Passos            | Discente         | Monitora             | PPGCAS              |
| Beatriz Menezes de Jesus           | Discente         | Monitora             | PROCFIS             |
| Marcia Soares de Oliveira Lopes    | Servidora        | Monitora             | DIAC                |

### **3. REFERÊNCIAS**

- EMDAGRO. Informações Básicas Municipais Município de Lagarto. Aracaju, 2018.
- IBGE. Censo Demográfico 2010 - Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro, p.1-215, 2010.
- MS. PNAB – Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Editora MS, 2012. p. 48-49.
- ONU. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Brasil, 2015.
- ROCHA, S. L.; GALVÃO, E. F. C.; DOMINGUES, R. J. S. PRODUTO EDUCACIONAL - Guia de Produtos Educacionais em Ensino em Saúde. Belém, 2019.